

CIBEC/INEP



B0031311

Investindo na Cidadania

O avanço da educação no Brasil

014 (81)
11i
2

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Investindo na Cidadania

O avanço da educação no Brasil

Em janeiro de 1995 a equipe do ministro Paulo Renato Souza reuniu-se em volta de uma mesa para conversar e imaginar o futuro. Nesse encontro informal foram idealizados os objetivos, as metas e as ações que poderiam concretizar a implantação de uma base sólida para transformar definitivamente a educação brasileira. Do início daquele ano até janeiro de 2002, a atuação dessa equipe alcançou resultados que ultrapassam os sonhos originais daquele encontro. Prova de que a vontade política, o empenho, a dedicação e a competência de pessoas comprometidas com o país e com as questões da educação estão sendo capazes de mudar radicalmente o perfil do ensino no Brasil.

- melhorar qualidade
- descentralizar
- ampliar atendimento

RESOLUÇÃO Nº 10000000000

SEF - FNDE

OBJETIVOS

- garantir que os recursos cheguem a todos
- garantir que os recursos sejam usados de forma adequada
- estabelecer critérios transparentes e permanentes de distribuição
- garantir a forma de repasse de recursos aos estados

ABDO 1991/1992

- definir os critérios e mecanismos para 1991 - prop - para o ano seguinte

LIVRO DIDÁTICO

SEF - PAE

OBJETIVOS

- melhorar qualidade
- descentralizar
- ampliar atendimento, especialmente nos locais mais críticos
- viabilizar a criação de unidades básicas educacionais
- garantir que o livro chegue em quantidade necessária

ABDO 1991/1992

- elaborar
- elaborar o catálogo de materiais de livros
- elaborar os livros de acordo com o plano

MINISTÉRIO

SEF - PAF

OBJETIVOS

- modernização
- garantir a estrutura física
- garantir a qualidade dos serviços
- ampliar atendimento nos estados e federação

2º GRAU

OBJETIVOS

- ampliar atendimento o 2º grau
- garantir a qualidade
- ampliar

- ampliar o acesso ao 2º grau
- ampliar o atendimento aos municípios
- ampliar a rede física
- ampliar a rede física
- ampliar a rede física

ABDO 1991/1992

- adequar a rede de ensino
- melhorar a qualidade do ensino
- melhorar a qualidade do ensino

SECU

Objetivo

- melhorar o acesso de crianças de ensino
- melhorar
- melhorar
- melhorar
- melhorar
- melhorar
- melhorar

Tarefa Executiva

- melhorar
- melhorar
- melhorar
- melhorar
- melhorar

CAPEI

Objetivo

- melhorar
- melhorar
- melhorar
- melhorar
- melhorar

Na página anterior, *fac simile* de parte do esboço do plano que originou as profundas transformações introduzidas na educação brasileira.

As informações apresentadas nesta publicação constituem uma síntese das principais ações do Ministério da Educação nos últimos sete anos. Tivemos a coragem de encarar de frente os desafios da educação brasileira e a perseverança para atingir nossos objetivos.

Procuramos sempre desenvolver programas levando em conta alguns eixos de atuação: universalização, equidade no atendimento, descentralização de recursos e competências, fortalecimento da capacidade de gestão do conjunto do sistema e melhoria da qualidade do ensino.

A opção por ações de longa maturação foi consciente na busca de resultados sólidos, que aparecerão em sua plenitude no futuro. Apesar disso, indicadores relevantes mostram que os primeiros frutos começam a aparecer, antecipando uma tendência positiva no quadro da educação no Brasil.

Nossa política educacional deu um belo salto, ganhou dinamismo e já apresenta impactos consideráveis.

Hoje temos mais igualdade de oportunidades para as crianças e para os jovens brasileiros. Portanto, temos mais cidadania.

O Ministério da Educação cumpriu assim seu objetivo: por meio da prioridade à educação, iniciar a transformação do Brasil em um país mais justo - lema inscrito no programa de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ao entrarmos no último ano de governo, é oportuno um breve balanço dos avanços obtidos na educação brasileira.

Paulo Renato Souza
Ministro da Educação
Janeiro de 2002

PERFIL DA EDUCAÇÃO NO BRASIL
8

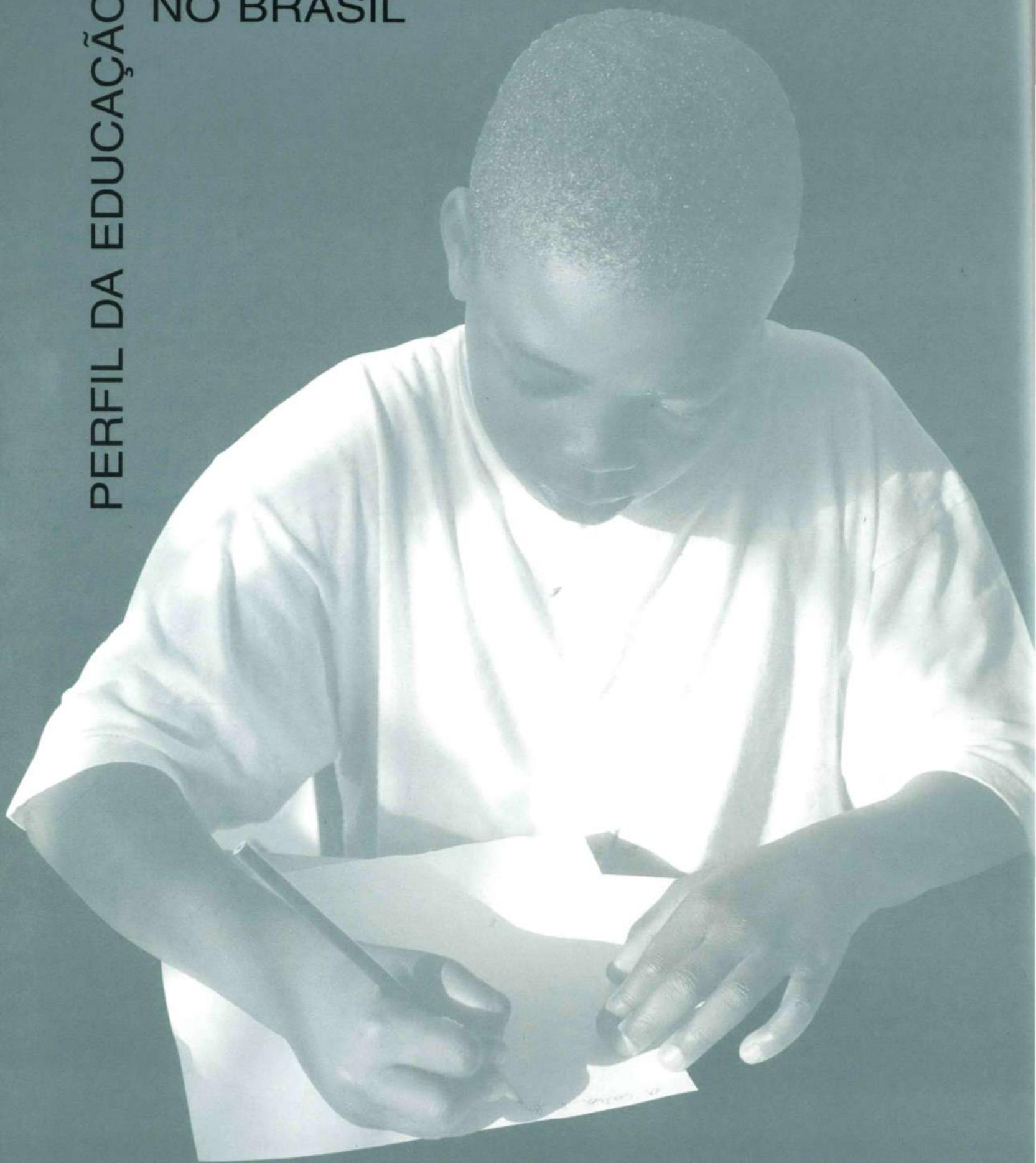
PROGRAMAS E AÇÕES DO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
26

A ESCOLA DE TODOS E PARA TODOS
28

QUALIDADE DE ENSINO PARA
ALUNOS E PROFESSORES
40

DIVIDINDO RESPONSABILIDADES
E SOMANDO ESFORÇOS
50

PERFIL DA EDUCAÇÃO
NO BRASIL



Nos últimos sete anos ocorreu uma verdadeira revolução na área educacional no Brasil. Os avanços e os resultados alcançados mostram que com vontade política, empenho, determinação, planejamento e recursos financeiros o entrave histórico que sempre marcou a educação brasileira está sendo rompido, melhorando de modo significativo diversos indicadores sociais do país. Não resta dúvida de que há muito para ser feito ainda, mas as transformações alcançadas já são significativas. Em 1995, apenas 89% dos brasileiros entre 7 e 14 anos, freqüentavam a escola. Hoje, 97% das crianças dessa faixa etária estão nas salas de aula. De 1997 para cá, o salário dos professores da rede pública aumentou 29,5%. A vida escolar do brasileiro ganhou continuidade: o número de matrículas no ensino médio cresceu 61,5% nos últimos

seis anos, o que comprova que cada vez mais jovens terminam o ensino fundamental e ingressam no médio.

A conquista e o exercício da cidadania, o fortalecimento da democracia e a sustentação do desenvolvimento contínuo do país estão passando pela melhoria da educação em todos os seus níveis. Dos 3.998 professores envolvidos com educação indígena, mais de 3 mil são índios; no período 1995/2000, a matrícula nos cursos de doutorado das universidades públicas cresceu 146%.

O envolvimento dos pais, das empresas e das organizações da sociedade e a crescente participação das comunidades na gestão e fiscalização do dinheiro público destinado à educação constituem mudanças culturais inegáveis.

Vista como um dos maiores problemas do país, a educação sempre foi muito usada como plataforma política, mas investi-

mentos efetivos e programas concretos nunca foram exatamente uma realidade. Investir em educação demanda recursos e os resultados não são imediatos.

Ao assumir a pasta da Educação, em 1995, o ministro Paulo Renato Souza encontrou um quadro desolador. As informações baseavam-se em dados de 1989. Não existiam programas de avaliação, políticas de distribuição e emprego de recursos, não se conheciam as escolas, os alunos, os professores. Crianças fora das salas de aula, currículos defasados, informações distorcidas, tudo colaborava para que a educação fosse considerada um problema sem solução. As mudanças eram necessárias e urgentes. Colocar as crianças na escola, melhorar a qualidade do ensino, estimular a formação dos profissionais da área, avaliar alunos, cursos, professores e escolas, e investir na permanência dos

ESTRUTURA DO SISTEMA EDUCACIONAL REGULAR DA REDE PÚBLICA EM 2000

Educação infantil

Creches para crianças de até 3 anos e
pré-escolas para crianças de 4 a 6 anos -
3,9 milhões de alunos

Ensino fundamental

A partir de 7 anos - da 1ª à 8ª série - 32,5
milhões de alunos

Ensino médio

Do 1º ao 3º ano - 7 milhões de alunos

Ensino superior

Cursos de graduação nas diferentes áreas
profissionais - 887 mil alunos

Educação especial

Para portadores de necessidades especiais -
132 mil alunos

Educação de jovens e adultos

Destinada àqueles que não tiveram acesso
ou continuidade de estudo no ensino
fundamental e médio na idade apropriada -
3 milhões de alunos

Fonte: Censo Escolar e Censo da Educação Superior Inepi/Ministério da Educação

estudantes nas salas de aula era apenas o começo do desafio de transformar a realidade educacional brasileira.

O Ministério da Educação deu início ao desenvolvimento de uma política educacional alicerçada no princípio da universalização e da equidade, oferecendo oportunidades iguais por meio de uma escola de qualidade para todos. Avaliação permanente, descentralização, municipalização, participação das comunidades na gestão escolar e controle social do gasto público passaram a ser também as linhas-mestras de atuação do Ministério.

O GRANDE DESAFIO

O presidente Fernando Henrique Cardoso elegeu, já no seu primeiro mandato, em 1995, a educação como prioridade do seu governo. As mudanças profundas e radicais começaram com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases - LDB, em dezembro de 1996. As políticas de governo passaram a privilegiar as ações de caráter estrutural e a melhoria da gestão dos programas para atingir as raízes das deficiências do sistema educacional.

A nova lei trouxe autonomia para as escolas, flexibilizou os currículos e estimulou amplamente a qualificação dos professores. Os estados, municípios e o governo federal tiveram definidas as suas responsabilidades. A educação básica e a infantil passaram a ser função dos municípios; o ensino fundamental continuou compartilhado entre estados e municípios, e o ensino médio passou para o âmbito dos estados. Nesses níveis de



Em uma nação como o Brasil, com uma área de 8,5 milhões de km² e 169,6 milhões de habitantes distribuídos em seus 5.561 municípios, as diferenças regionais são enormes. Mais de 50% de toda a riqueza do país está concentrada em apenas 10% da população, cuja renda média representa trinta vezes a renda média dos 40% mais pobres. Nesse quadro de desigualdades sociais, aumentara quantidade e a qualidade da oferta de educação equívale a diminuir a diferença de oportunidades.

ensino, o governo federal tem papel normativo - estabelecendo as grandes linhas do sistema -, redistributivo e supletivo, atuando com subsídios e complementações de recursos materiais e financeiros. A União é diretamente responsável pelas instituições de ensino superior e escolas técnicas.

Mas como definir políticas e responsabilidades sem conhecer o público-alvo das ações? Era preciso saber como estavam as escolas, quem e quantos eram os alunos, quais as necessidades dos professores, das redes, enfim, ter um diagnóstico de todo o sistema educacional. A primeira grande transformação se deu no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep, que passou por total reformulação. Os dados encontrados no Ministério em 1995 eram de-

fasados e nada confiáveis. Avaliação era uma tarefa que estava fora dos planos. A estrutura era falha, os profissionais trabalhavam sem incentivo, sem função gratificada, sem nenhum programa de capacitação.

O Inep passou a ser então um órgão produtor de informação qualitativa e quantitativa, com o objetivo de monitorar e subsidiar as políticas educacionais nos diferentes níveis. Os primeiros resultados desse trabalho já apontaram algumas direções para a atuação do Ministério da Educação. O programa "Toda Criança na Escola" mobilizou estados, municípios, governo federal e comunidades para matricular no ensino fundamental crianças de 7 a 14 anos que ainda estavam fora da sala de aula. Esse foi, sem dúvida, o primeiro grande desafio:

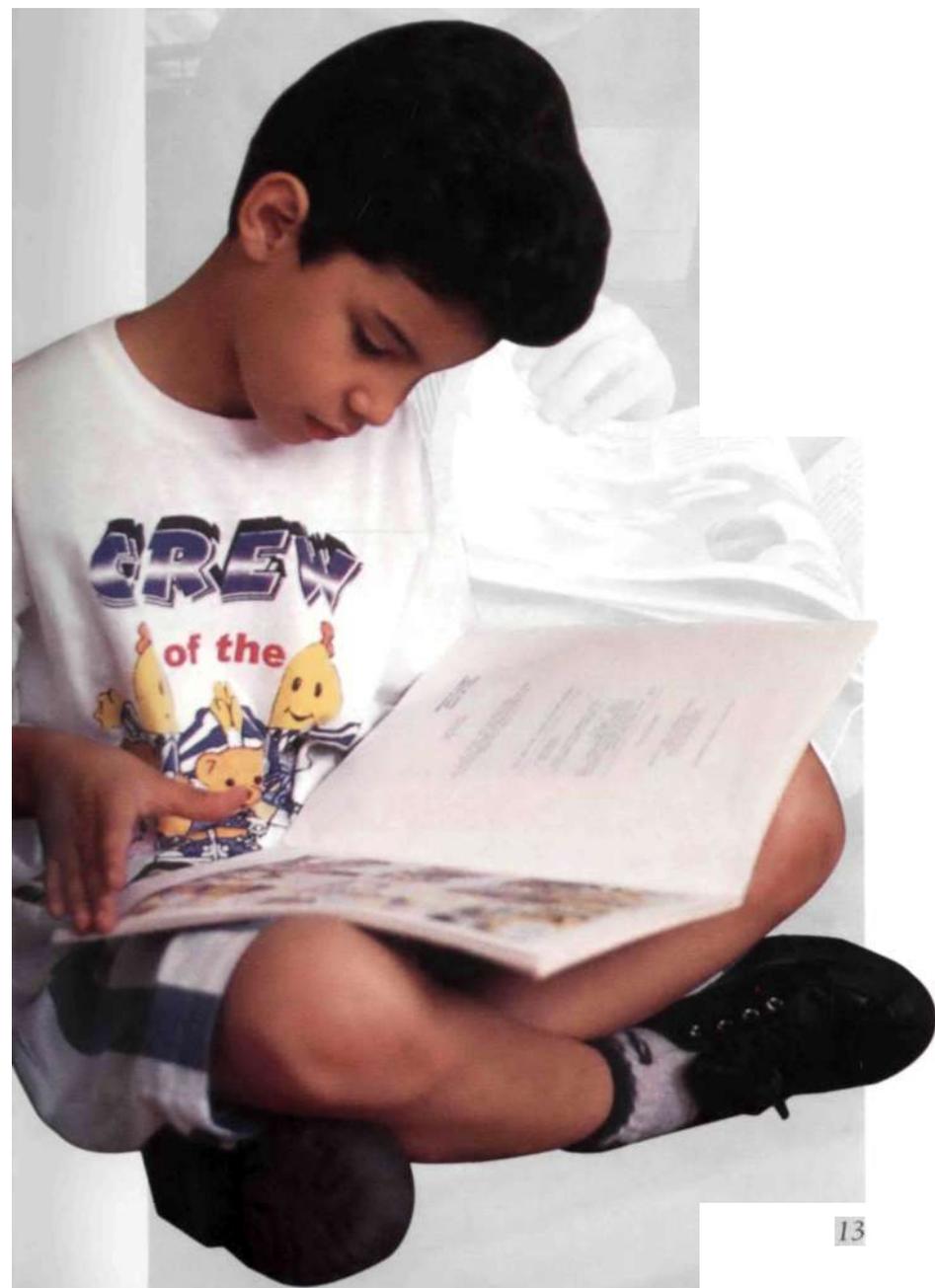
universalizar a educação, oferecendo oportunidades iguais e ensino de qualidade para todos.

A Emenda Constitucional nº 14, aprovada pelo Congresso em setembro de 1996 e regulamentada em dezembro do mesmo ano pela Lei 9.424 instituiu o Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Com ele o Ministério definiu critérios justos, objetivos transparentes de distribuição e utilização dos recursos, levando em conta o número de crianças matriculadas.

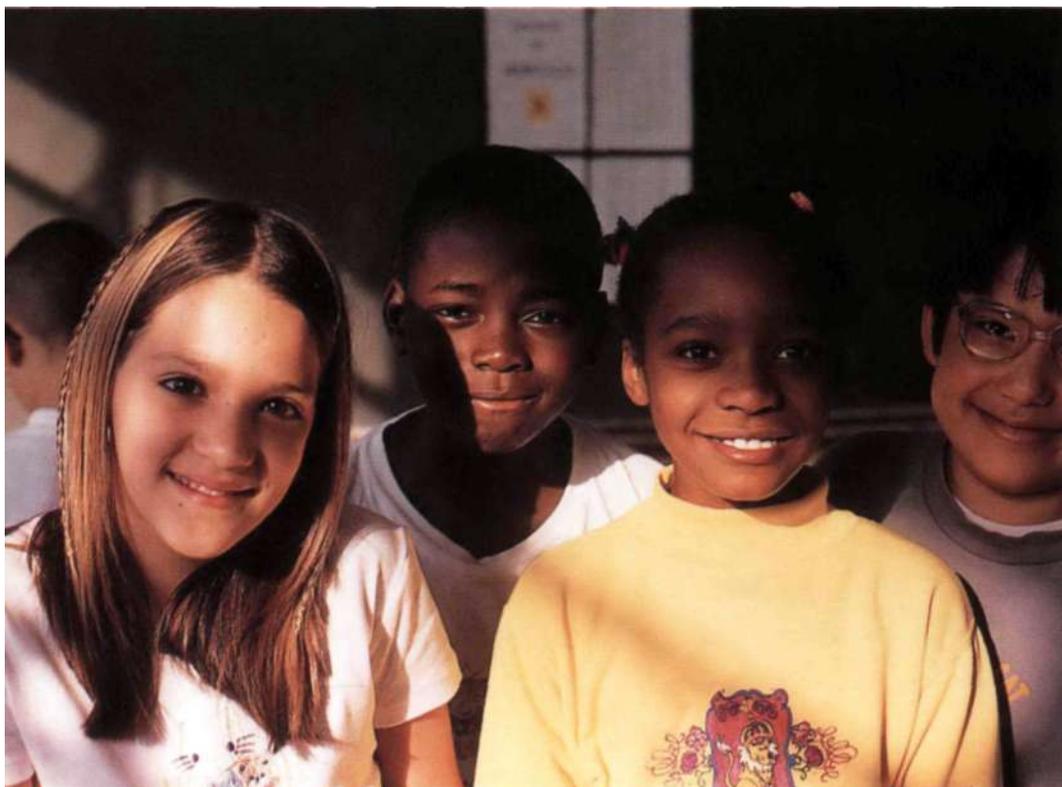
ENSINO FUNDAMENTAL, UMA ESCOLA NOVA E TRANSPARENTE

A Constituição brasileira de 1988 determinava a aplicação obrigatória de 25% das receitas fiscais em educação, mas não definia responsabilidades, o que gerava a má distribuição e a má aplicação dos recursos. Não havia correspondência entre a distribuição de verba e o número de alunos matriculados. Assim, em algumas cidades ricas com pequenas redes e poucos alunos, os recursos sobravam. Enquanto isso, em cidades mais pobres com grandes redes e muitos alunos, os recursos faltavam. A lei reservava a verba, mas não instituiu mecanismos para fiscalizar e controlar sua distribuição e aplicação.

Em 1995 apenas 89% das crianças de 7 a 14 anos estavam na escola. Entre os mais pobres esse número caía para 75%, comprovando que o acesso à educação ainda era restrito às classes privilegiadas. As taxas de evasão, repetência e a



distorção idade-série mantinham-se em patamares elevados. Aí encontrava-se uma demanda a ser atendida com urgência. O ensino fundamental passou a ser a prioridade do Ministério e o grande desafio era garantir o seu financiamento. Com base no Censo Escolar realizado pelo Inep, em 1996, foi possível trabalhar com dados confiáveis e conhecer o número de alunos matriculados no en-



sino fundamental público e o local onde estavam estudando. Os levantamentos anuais apresentados pelo Censo Escolar convergiram com a necessidade da criação de um fundo de natureza contábil que garantisse, no âmbito de cada estado, a distribuição automática de recursos, de acordo com o número de alunos matriculados.

Com a instituição do Fundef, dos 25% que a Constituição obriga os estados a

investir em educação, 60% - o equivalente a 15% de toda a arrecadação fiscal - destinam-se ao ensino fundamental. E do total dos recursos reservados ao ensino fundamental, 60% são empregados no pagamento dos salários dos professores. Esse recurso é automaticamente bloqueado pela vinculação direta de 15% dos quatro principais impostos estaduais e municipais em conta do Fundef, controlada pelo Banco do Brasil. Não há como ingerências políticas ou burocráticas interferirem no repasse. Conselhos municipais controlam os gastos e a aplicação dos recursos. O processo é transparente: qualquer membro do conselho do Fundef, ou do Legislativo ou do Executivo tem acesso às contas. E a população pode conhecer os valores repassados em cada mês, por meio dos cartazes expostos regularmente nas agências dos Correios.

O Fundef instituiu também um gasto mínimo anual por aluno. O governo federal tem por obrigação complementar o valor no caso de os estados não atingirem esse mínimo. Em 1998, esse valor era de R\$ 315,00. Em 2000 passou a R\$ 330,00 para alunos de 1ª à 4ª série e R\$ 349,65 para alunos de 5ª à 8ª série e da educação especial. Em 2002 o gasto mínimo por aluno subiu para R\$ 418,00 para alunos de 1ª à 4ª série e R\$ 438,89 para alunos de 5ª à 8ª série e da educação especial.

Quanto à remuneração média dos professores das redes públicas, o aumento entre dezembro de 1997 - antes da implementação do Fundef- e junho de 2000 chegou a 29,5%. A lei que instituiu o Fundo estabeleceu também que nos primeiros cinco anos - até o final de 2001 - parte dos 60% destinados ao magistério pode ser aplicada na habilitação de professores leigos. Isso incentivou as redes de ensino a desenvolverem ações de capacitação de professores. Até

1998 apenas 23% delas realizavam atividades dessa natureza. Em junho de 2000 esse percentual subiu para 73%.

Desde sua implantação integral em 1998, o Fundef vem garantindo a efetivação das políticas adotadas pelo Ministério da Educação. O grande impacto dessas ações está no crescimento do número de alunos de 7 a 14 anos matriculados nas escolas públicas. Hoje 97% dos brasileiros dessa faixa etária estão na escola. Houve um acréscimo de mais



COMPARATIVO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL (1997 - 2000)

REGIÕES E ESFERAS DE GOVERNO

	1997					2000				
	Estadual		Municipal		Total de	Estadual		Municipal		Total de
	Nº de alunos	Part.(%)	Nº de alunos	Part.(%)	alunos	Nº de alunos	Part.(%)	Nº de alunos	Part.(%)	alunos
	(a)	(a/c)	(b)	(b/c)	(c=a+b)	(d)	(d/f)	(e)	(e/f)	(f=d+e)
Norte	1.789.065	63,1	1.045.998	36,9	2.835.063	1.412.606	45,1	1.722.308	55	3.134.914
Nordeste	4.233.478	42,7	5.678.516	57,3	9.911.994	3.980.681	34,5	7.564.948	66	11.545.629
Centro-Oeste	1.546.716	69,4	680.443	30,6	2.227.159	1.483.103	62,8	879.583	37	2.362.686
Sudeste	8.170.569	71,4	3.271.646	28,6	11.442.215	6.778.573	59,1	4.692.467	41	11.471.040
Sul	2.358.716	57,3	1.759.925	42,7	4.118.641	2.208.177	54,2	1.869.479	46	4.077.656
Brasil	18.098.544	59,3	12.436.528	40,7	30.535.072	15.863.140	48,7	16.728.785	51	32.591.925

Fonte: Censo Escolar Inep/Ministério da Educação



de 2 milhões de alunos, superando todas as expectativas.

Outro dado importante foi o decréscimo da taxa de analfabetismo entre brasileiros com 15 anos ou mais. Em 1991 era de 20,1%. Em 1996 caiu para 14,9% e, em 2000, baixou para 12,8%, confirmando os resultados dos investimentos feitos no ensino fundamental.

ENSINO MÉDIO, FORMANDO CIDADÃOS

O aumento de matrículas no ensino médio também é uma prova mais do que concreta de que os investimentos no ensino fundamental resultaram em maior número de crianças e adolescentes dando continuidade aos estudos. De 1994 a 2001 esse número subiu 66%. Com o aumento da demanda, o governo federal iniciou também uma grande reforma no ensino médio, seguindo

sempre os princípios aprovados na LDB, da universalização, da descentralização, da autonomia dos sistemas e das escolas e da flexibilização dos currículos. Assim, o novo ensino médio passou a preparar o jovem não apenas para o ingresso na universidade, mas também para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania, procurando levar o aluno a relacionar o aprendizado com a sua realidade.

A reforma começou com a separação entre o ensino médio e o técnico. Os dois agora existem de forma independente, e o curso profissionalizante passou a ser complementar ao nível médio. Além disso, o Ministério da Educação realizou também reformas estruturais e mudanças didático-pedagógicas e curriculares. Para que todas as escolas do país pudessem se adaptar, foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para



CRESCIMENTO DA MATRÍCULA NO ENSINO

Médio (1994 - 2000) Brasil e Regiões

Brasil e Regiões	1994 (em mil)	2000 (em mil)	crescimento (%)
Brasil	4.936	8.193	66,0
Região Norte	321	572	77,8
Região Nordeste	1.068	1.924	80,2
Região Sul	777	1.207	55,2
Região Sudeste	2.418	3.915	61,9
Região Centro-Oeste	352	576	63,9

Fonte: Censo Escolar Inep/Ministério da Educação

o ensino médio. Em seguida, o governo formulou e distribuiu para as 13.227 escolas públicas e as 6.229 escolas privadas do país que oferecem ensino médio, 300 mil exemplares dos Parâmetros Curriculares Nacionais, visando apoiar o trabalho dos professores na elaboração de modelos inovadores de currículos, capazes de oferecer conhecimentos significativos alicerçados nos acontecimentos do mundo moderno e com vistas para o futuro dos alunos.

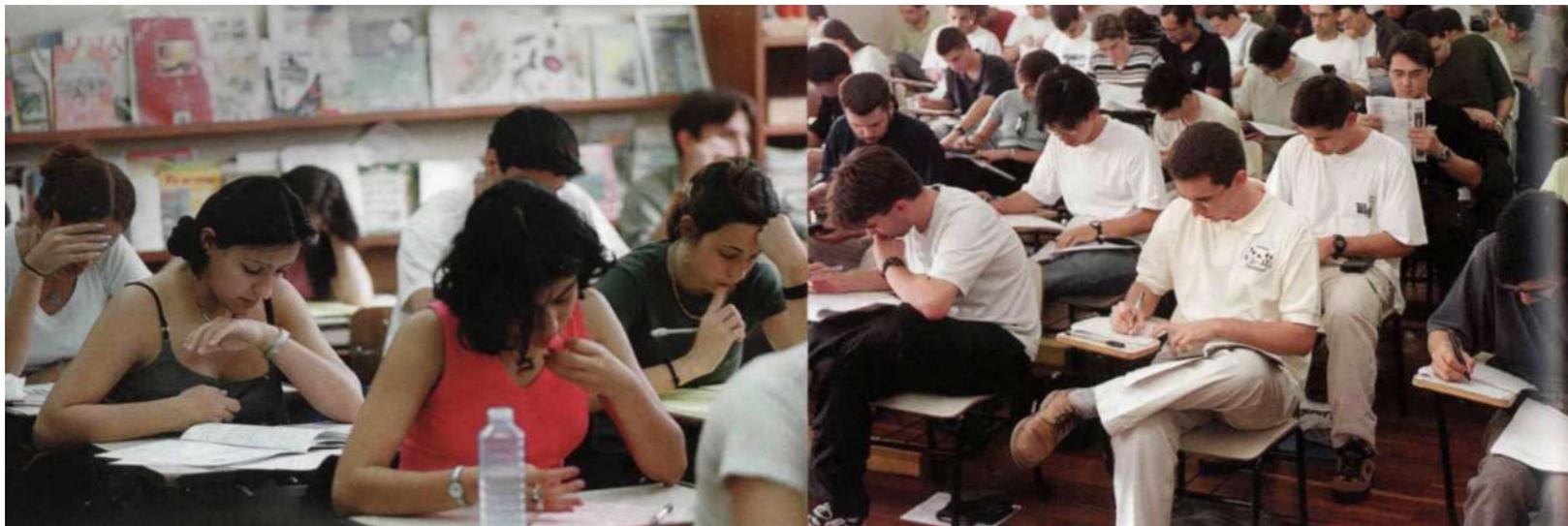
Hoje, 75% do conteúdo curricular é composto das áreas de Linguagem e Códigos, Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Humanas e respectivas tecnologias. Desde que se relacionem a essas áreas e desenvolvam múltiplas aptidões no aluno, as matérias e os temas podem ser livremente escolhidos pelas escolas. Os 25% restantes do conteúdo curricular são definidos pelas próprias escolas, com base nas características socioeconômicas locais e regionais ou nos interesses da comunidade escolar. Nessa escola de cara nova, um aluno pode cursar música, informática ou fotografia, por exemplo, paralelamente às disciplinas básicas, como português e matemática.

ENSINO SUPERIOR,

AUTONOMIA E QUALIDADE

De 1980 a 1994, as matrículas no ensino superior caminharam a passos lentos. Os índices mostram que este número cresceu cerca de 20% em catorze anos. Nas universidades públicas a taxa de matriculados era ainda menor e estava totalmente estagnada.





A política para a educação superior foi no sentido da expansão qualificada e diversificada do sistema como um todo, visando o reconhecimento da missão e da responsabilidade diferenciadas das instituições federais de ensino superior, com incremento das atividades relativas ao ensino, à extensão e à pesquisa. A partir de 1995, com as reformulações já em andamento, houve uma verdadeira corrida às universidades. O mercado de trabalho cada vez mais exigente e os incentivos do Ministério ao ensino superior permitiram um aumento de 62% nas matrículas nos últimos seis anos. Nas universidades públicas os números de matriculados cresceram 33% na graduação, 95% no mestrado e 146% no doutorado. Os cursos abertos pelas instituições particulares também possibilitaram o acesso de um número cada vez maior de estudantes ao ensino superior. Ao contrário do que ocorre na educação básica, onde a rede pública é majoritária, no ensino superior, o setor privado tem uma participação significativa, que cresceu ainda mais com a criação de faculdades em todos os estados brasileiros. Até então, o governo não permitia o estabelecimento de novas faculdades em

locais onde já existisse outra. Isso acabou com a reserva de mercado, criou uma concorrência saudável, com benefício direto para os estudantes.

A ampliação da oferta gerou uma busca maior da qualidade do ensino. Como consequência, as instituições elevaram o padrão, proporcionando sobretudo o aumento da titulação de seus quadros docentes. Em 1999, esse quadro somava 174 mil funções docentes. Nesse universo, a proporção dos professores com pós-graduação, em cursos de mestrado ou doutorado, cresceu de forma substancial, mais de 50% dos docentes universitários têm grau de mestre ou doutor, sendo que os professores com título de doutor representam 22% do total. Nas instituições públicas federais e estaduais, a proporção de professores titulados é bem mais alta e também melhorou significativamente nos últimos anos. De cada dez funções docentes, pelo menos seis são de mestres ou doutores, dos quais no mínimo três são doutores.

Na pós-graduação houve um expressivo aumento no número de cursos, matrículas e de concluintes de mestrado e doutorado em todo o sistema. O crescimento mais acentuado é percebido nas

instituições federais de ensino superior, em especial em seus programas de doutorado. Este dado é particularmente importante, na medida em que a rede pública de pós-graduação forma e titula docentes para o sistema de ensino superior, introduzindo forte impacto na melhoria da qualidade do conjunto do sistema. O número de titulados pela pós-graduação brasileira passou de 9.581 em 1994 para 23.918 em 2000. Aumentou 150%, com destaque maior para o doutorado. As instituições federais de ensino superior responderam por cerca de metade desse total.

Outro dado importante refere-se ao número de alunos que concluem a faculdade. A partir de 1994, o aumento foi de 32% na graduação. Um crescimento considerável quando comparado com os cinco anos anteriores: de 1989 a 1994 o número de concluintes havia crescido apenas 6%.

Na produção científica mundial, o Brasil também apresentou uma evolução expressiva nos últimos anos. Segundo o Institute of Scientific Information,

em 1985, o país participava com 0,48% da produção científica mundial, com 2,3 mil artigos indexados. Em 1994 essa participação foi de 0,76% com 4,8 mil artigos. Em 2000, o país ocupava o 21º lugar, considerando a produção dos últimos cinco anos, 1,33% de participação e produção de 9,5 mil artigos.

AVALIAÇÃO E PESQUISA, GARANTINDO A QUALIDADE

Um dos fatores que mais impressionaram a atual equipe da educação ao assumir o Ministério foi a total falta de dados. Os números encontrados eram defasados e antigos. Não havia como elaborar uma política para a área sem conhecer com segurança a realidade do sistema educacional no Brasil. "Quando assumi o Ministério da Educação eu me sentia como um piloto de um 747 viajando em uma noite muito escura, no meio de uma tempestade, sem instrumentos", declarou o ministro Paulo Renato.

Para garantir um voo seguro, o papel do Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais foi totalmente

reformulado. Embora fosse um dos órgãos mais antigos da administração pública federal, criado em 1937 - os ministérios da Educação e da Saúde foram criados em 1932 -, o Inep perdeu importância entre os anos de 1980 e 1990. Na gestão Collor, o Instituto chegou a ser quase extinto. Funcionava sem estatuto jurídico legal, sem projeto, sem recursos e sem pessoal especializado. Com a missão do Inep redefinida, foi elaborado um minucioso projeto para determinar a nova estrutura para o levantamento das estatísticas educacionais. A implantação de um sistema informatizado permitiu trabalhar e treinar as equipes das secretarias estaduais, estas também informatizadas, e estabelecer um sistema de coleta de informação que possibilitasse a comparabilidade.

Desde então, um trabalho sério e intenso vem sendo desenvolvido pelo Inep no sentido de produzir informação qualitativa e

quantitativa de todo o sistema de ensino. O Censo Escolar, por exemplo, que demorava de três a quatro anos para ser publicado, agora é divulgado no mesmo ano, permitindo aos profissionais da área a realização de trabalhos e a elaboração de estratégias muito mais próximas da realidade dos alunos e das escolas.

O Saeb - Sistema de Avaliação do Ensino Básico, que já havia sido realizado em 1991, foi totalmente reestruturado. Uma prova inovadora procura avaliar o perfil do aluno no final de cada ciclo. Hoje o Saeb é a pesquisa mais abrangente sobre educação básica: inclui o rendimento dos alunos, os fatores associados à aprendizagem, as características do trabalho do docente e da gestão da escola.

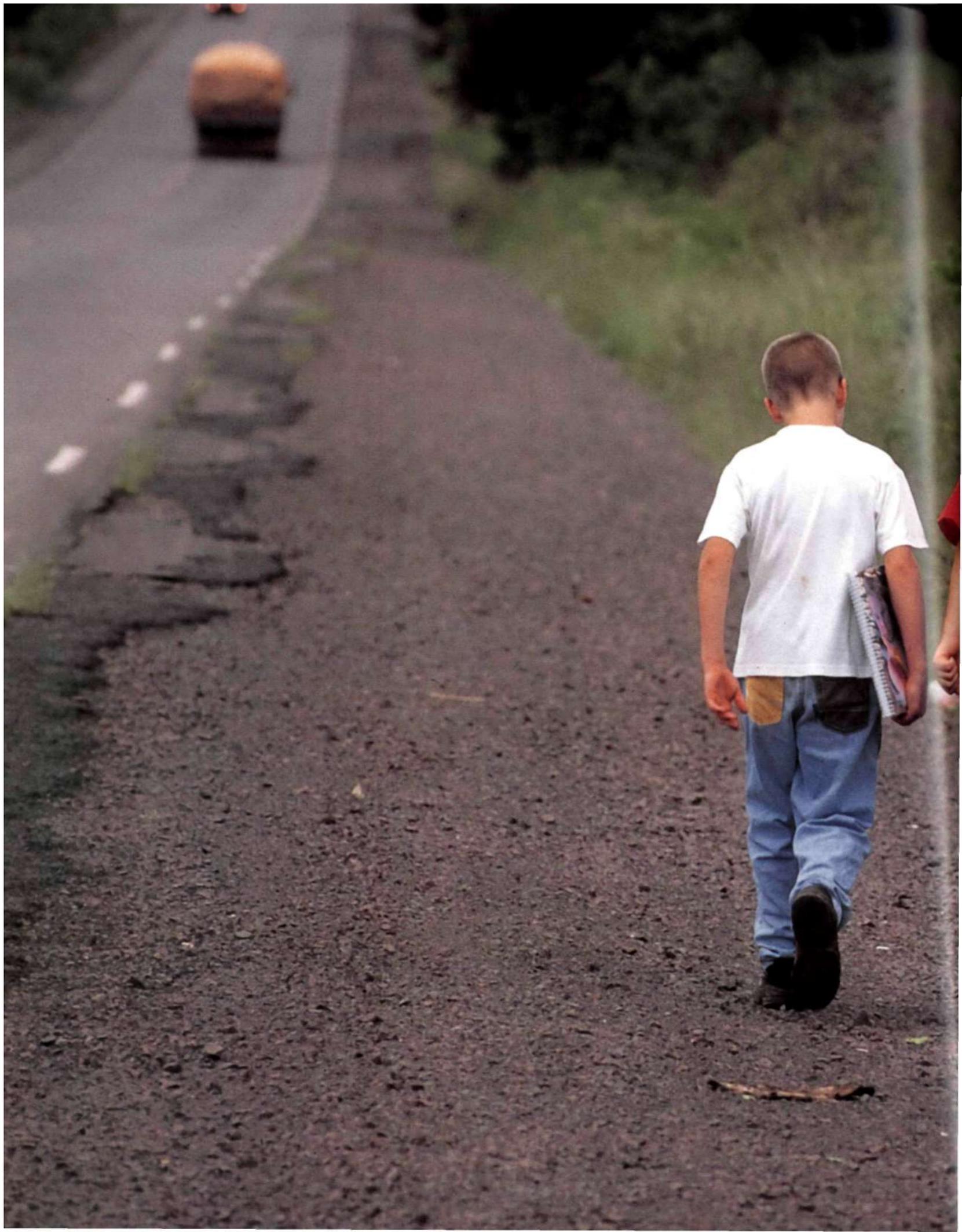
Nessa mesma linha de avaliação, em 1996 foi criado o Prova, um dos sistemas de avaliação do ensino superior. Houve uma enorme resistência das corporações, mas a sociedade apoiou a idéia, pois queria transparência e direito à informação.



O Ministério travou uma dura batalha e venceu. Atualmente o Provão é um produto de exportação. Colômbia, Venezuela, Costa Rica, Argentina, e até os Estados Unidos têm mostrado interesse no sistema. Nesses seis anos, 21 cursos já foram avaliados, garantindo as informações necessárias para se atingir a melhoria da qualidade do ensino. Depois do Saeb e do Provão, o Ministério da Educação avançou, em 1997, para o Enem - Exame Nacional do Ensino Médio, com objetivo de avaliar o perfil de saída do aluno do ensino médio e uma alternativa para o vestibular. Em 2001, em sua quarta edição, o Enem obteve o apoio de 230 instituições que o aceitaram como teste válido para o acesso ao ensino superior, de modo isolado ou combinado com o vestibular tradicional. Ainda em 2001, o número de inscritos no Enem chegou a 1,3 milhão de alunos. No ano anterior, havia apenas 390 mil inscritos, o que mostra a crescente adesão de alunos e escolas a este sistema de avaliação.

O Enem se transformou em uma vedete e foi aprovado por especialistas que atuam na área, representando uma grande contribuição para implantar a reforma do ensino médio e para avaliar as competências gerais do cidadão.

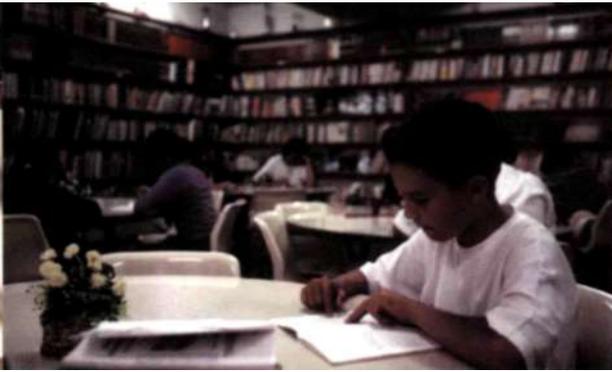
Hoje não há em nenhum outro país um sistema de avaliação tão eficiente como o brasileiro. Pode haver igual, mas não melhor. E foi a partir dos dados levantados pelo Inep que o Ministério pôde traçar as estratégias para realizar a verdadeira revolução ocorrida no ensino nos últimos anos.





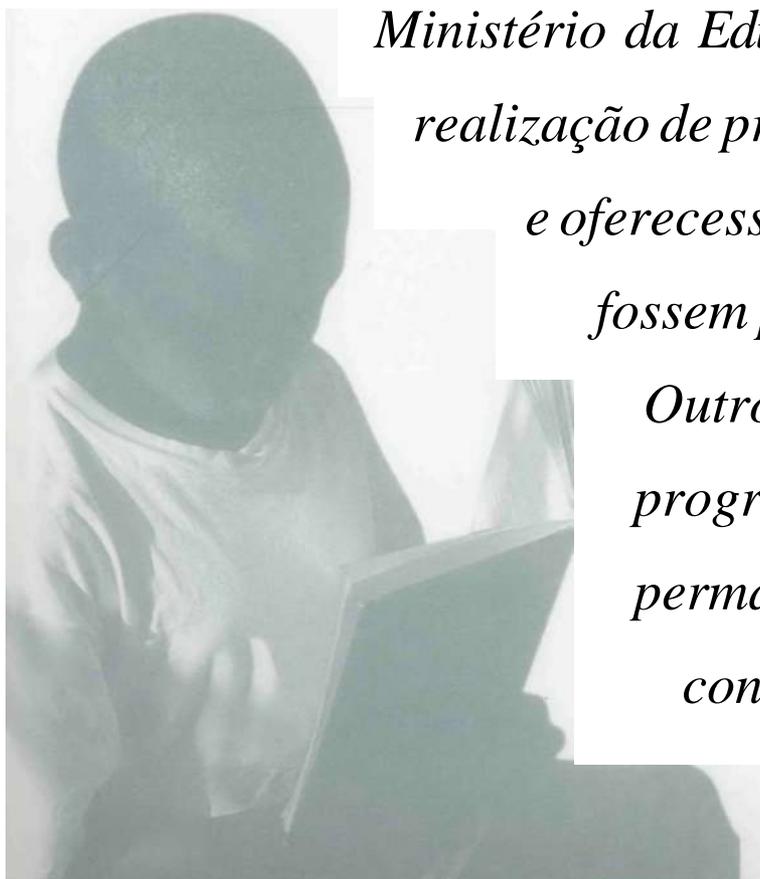
PROGRAMAS E AÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

A escola está de cara nova. As metas estão sendo atingidas e os projetos superam as expectativas. Ampliação do atendimento, descentralização das ações, integração e desenvolvimento de parcerias com municípios, estados, professores e com a comunidade são os destaques das atividades, que buscam sempre a melhoria da qualidade da educação brasileira.



A ESCOLA DE TODOS E PARA TODOS

Universalizar o acesso à escola e ao ensino público foi, desde o início da atual gestão, um dos maiores compromissos do Ministério da Educação. O grande destaque foi a realização de projetos que ampliassem o atendimento e oferecessem oportunidades iguais para todos, fossem pobres, deficientes, índios ou velhos. Outro ponto importante foi a criação de programas que incentivassem os alunos a permanecerem em sala de aula, dando continuidade aos estudos.





BOLSA-ESCOLA FEDERAL

O grande sucesso obtido com o índice de 97% de crianças matriculadas no ensino fundamental reforçou a necessidade de se investir na sua permanência na escola e na consolidação dessa grande conquista.

Implantado em maio de 2001, o Programa Bolsa-Escola Federal surgiu para atender dois grandes objetivos. Do ponto de vista da educação, o objetivo é diminuir a evasão e o abandono escolar. O abandono se configura quando a criança sai no meio do curso, mas volta no ano seguinte para se matricular. A evasão ocorre quando o aluno sai da escola e não se matricula mais. No Brasil, a taxa de evasão não é muito alta, mas a de abandono, sim. O Bolsa-Escola veio para estimular a permanência dessas crianças em sala de aula e incentivar a continuidade dos estudos.

O segundo objetivo do programa é uma significativa transferência de renda de cima para baixo. Os recursos vêm da CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira e quem paga a contribuição pertence a um extrato social diferente daquele que recebe o Bolsa-Escola. São 2,2 bilhões de reais por ano.

O programa prevê um benefício de R\$ 15,00 para crianças de 6 a 15 anos que tenham



Requisitos para o credenciamento no Bolsa-Escola

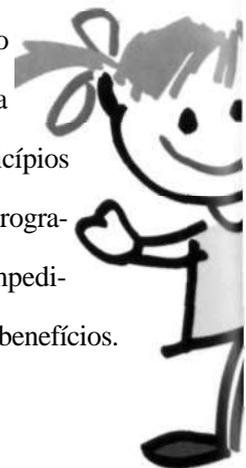
- Renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 90,00.
- Máximo de três crianças por família, com idade entre 6 e 15 anos.

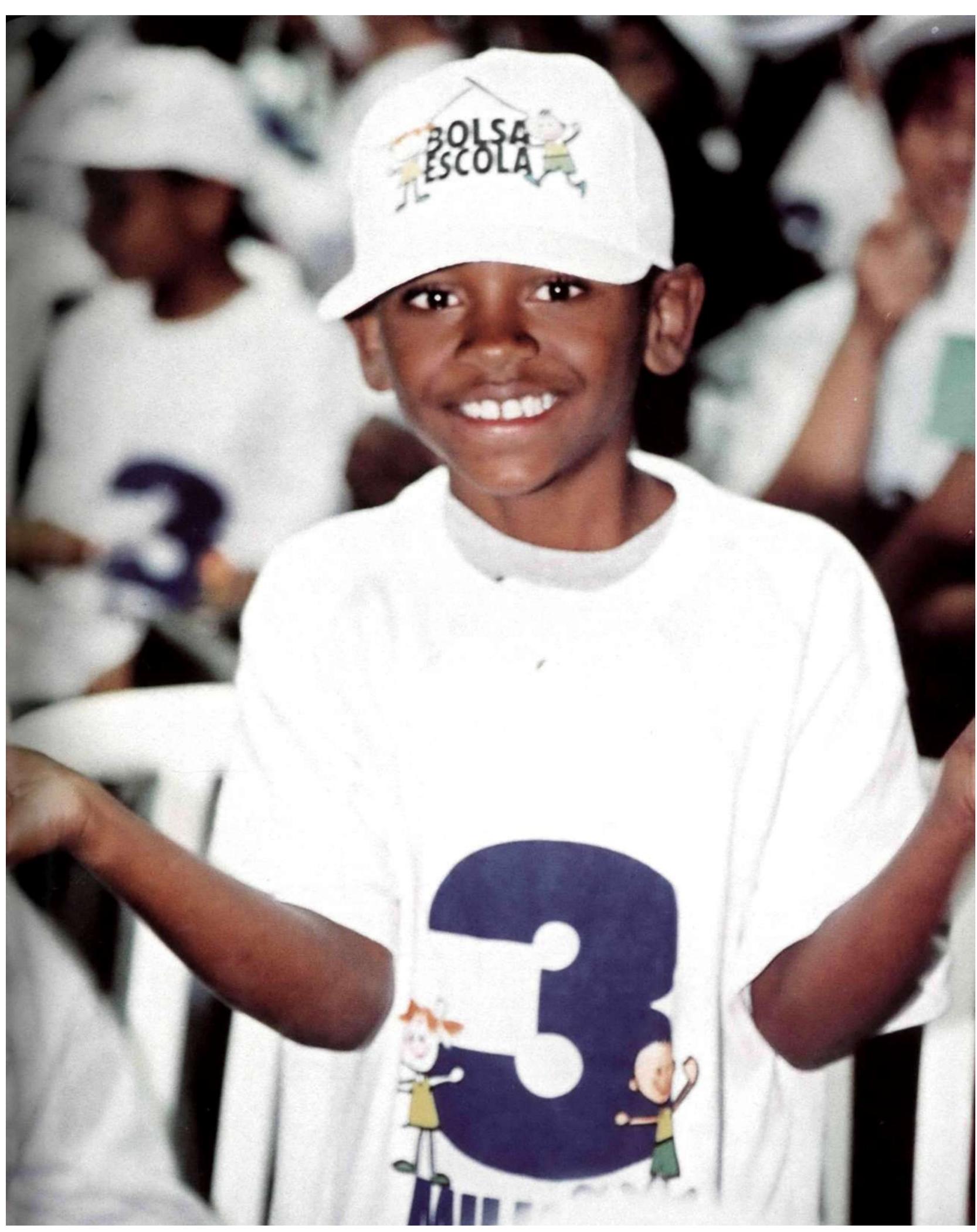
85% de frequência escolar e pertençam a famílias cuja renda *per capita* seja igual ou inferior a R\$ 90,00. As famílias são selecionadas pelos municípios e a transferência é direta, feita por meio de um cartão magnético entregue às mães, sem nenhum intermediário. Uma mesma família pode inscrever no programa no máximo três crianças dentro da faixa etária permitida, podendo totalizar um ganho de até R\$ 45,00 por mês. Para os mais pobres que mal tinham como manter os filhos, o impacto desse valor, recebido mensalmente, foi muito grande - em alguns casos o Bolsa-Escola está aumentando em até 50% a renda familiar. Com isso, o programa conseguiu engajar as famílias que, agora, incentivam as crianças a frequentarem a escola. O Bolsa-Escola também dinamizou a economia dos municípios. O dinheiro recebido pelas mães é gasto no comércio local, na padaria, no mercado.

Os municípios cadastrados no Bolsa-Escola devem oferecer, em contrapartida, o desenvolvimento de ações complementares de caráter socioeducativo, para que as crianças tenham outras atividades dentro da escola, estimulando sua permanência. As ações são definidas pela prefeitura em conjunto com a comunidade.

O universo do programa é de 11 milhões de crianças, pertencentes a 5,8 milhões de famílias distribuídas nos 5.561 municípios brasileiros. Nos primeiros sete meses de funcionamento, maio a dezembro de 2001, o Bolsa-Escola já atingiu 4 milhões de famílias e, por ser uma lei federal, deverá continuar e se universalizar.

A expectativa do governo federal é que essa iniciativa estimule os estados e municípios a criarem seus próprios programas. Não há nenhum impedimento na duplicidade de benefícios.





BOLSA ESCOLA

3

"Tenho quatro filhos, mas por causa da idade só a mais nova pôde receber o benefício do Bo/sa-Esco/a. Foi maravilhoso, para mim foi a melhor coisa que aconteceu. Consegui até pagar um cursinho básico de computação para ela. Agora minha filha está terminando a 8ª série do ensino fundamental e quero muito que ela dê continuidade aos estudos. Afinal, uma das poucas coisas que podemos fazer para os nossos filhos é incentivá-los a estudar."

Ondina Maria da Costa, servente em Capão Bonito, SP.

Ao contrário. Isso só beneficiaria a população de baixa renda e as regiões menos privilegiadas do país.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Seguindo o compromisso de oferecer educação de qualidade para todos, o Ministério ampliou o atendimento àqueles em situações específicas, como, por exemplo, os portadores de deficiência. A educação especial passou a ser, de fato e de direito, uma parte integrante do Sistema Educacional Brasileiro, e não mais um sistema paralelo.

Para os alunos que apresentam deficiência visual, o acesso e o avanço nos estudos dependiam mais do próprio esforço, devido à ausência de ações e apoios efetivos. Para superar esse quadro, foi criado, em parceria com estados, municípios e ONGs, o Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual - CAP, que se expande hoje para todo o país. Por intermédio do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação estão sendo transcritos, produzidos e distribuídos livros em braile, para que os alunos tenham acesso ao mesmo material didático utilizado pela rede.

Na área da deficiência auditiva, foi lançado um programa que visa formar

multiplicadores surdos e capacitar professores das escolas públicas para que a Língua Brasileira de Sinais seja definitivamente reconhecida e integrada ao processo educativo dos alunos surdos em todo o Brasil.

O objetivo de todas as ações foi alcançar a educação inclusiva, onde os alunos com necessidades especiais passam a frequentar a rede regular de ensino. E o primeiro passo foi trabalhar para que as famílias e os sistemas de ensino enxergassem essas crianças e jovens como sujeitos do direito à educação. Assim em 1997, após a realização de uma grande campanha nacional de sensibili-

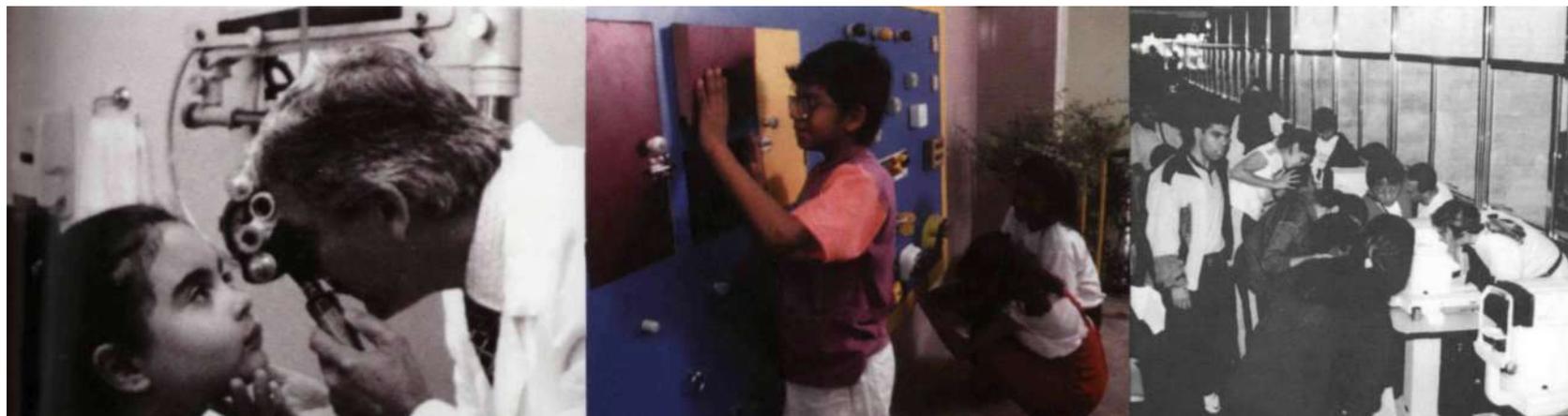
zação para a inclusão na escola de alunos com necessidades especiais, o número de matrículas desses alunos no ensino fundamental foi de 335 mil, um aumento de 66,3% em relação ao ano anterior. Com isso o Ministério pôde conhecer melhor este público e provisionar os apoios necessários para a conquista do direito de educação dessa parcela da população. Em 2000, o número de alunos matriculados no ensino especial caiu para 132 mil, o que indica que boa parte deles está integrada ao sistema regular de ensino.

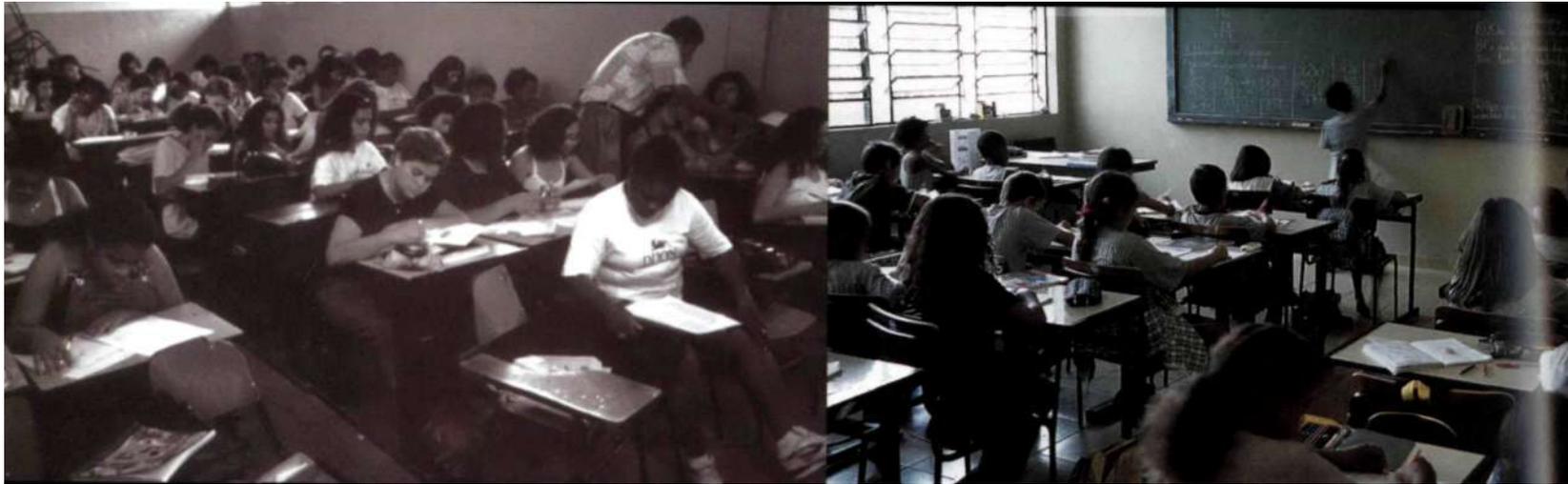
Outro dado significativo da política de atendimento da educação especial é o

aumento do número de profissionais capacitados nessa área, que passou de 37 mil, em 1998, para 41 mil, em 2000.

ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM E PROGRAMA RECOMEÇO

O Programa de Aceleração da Aprendizagem foi implantado para corrigir as distorções entre idade e série frequentada pelo aluno. Em 1995, os resultados apontados pelo Saeb mostraram o caráter nocivo da repetência. Quanto mais o aluno repetia e quanto maior a idade, pior era o seu rendimento. Para um aluno "deslocado", até o livro didático incomodava.



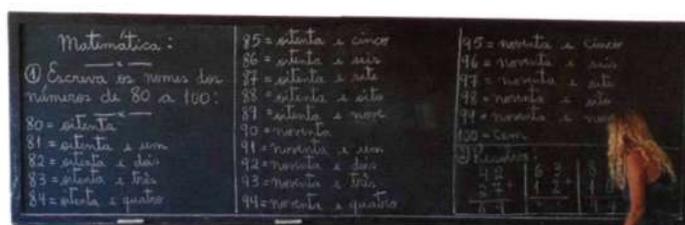


Um aluno com 11 anos na 1ª série do ensino fundamental não pode se interessar pelo livro usado por crianças de 7 anos. Foram criadas classes especiais para alunos com idade acima do recomendável para a série que frequentavam. Isso não só evitou o abandono e a evasão, como permitiu ao aluno avançar rapidamente nos estudos, atingindo a série com-

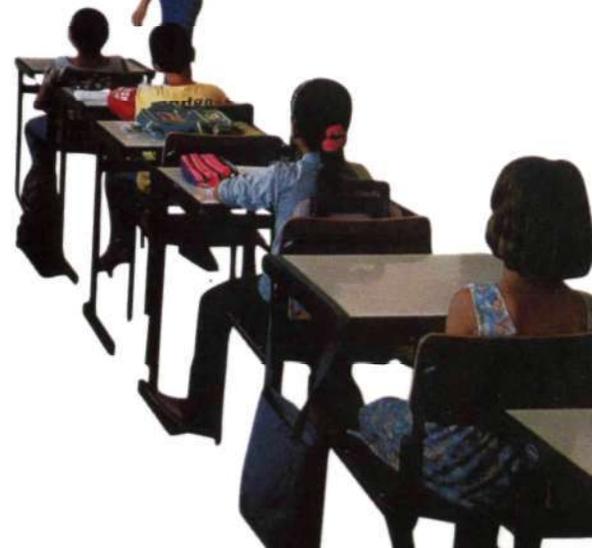
patível com sua idade. Hoje, cerca de 1,2 milhão de alunos frequentam essas salas especiais e, em 2000, só na 3ª série dessas classes, 270 mil alunos estavam matriculados.

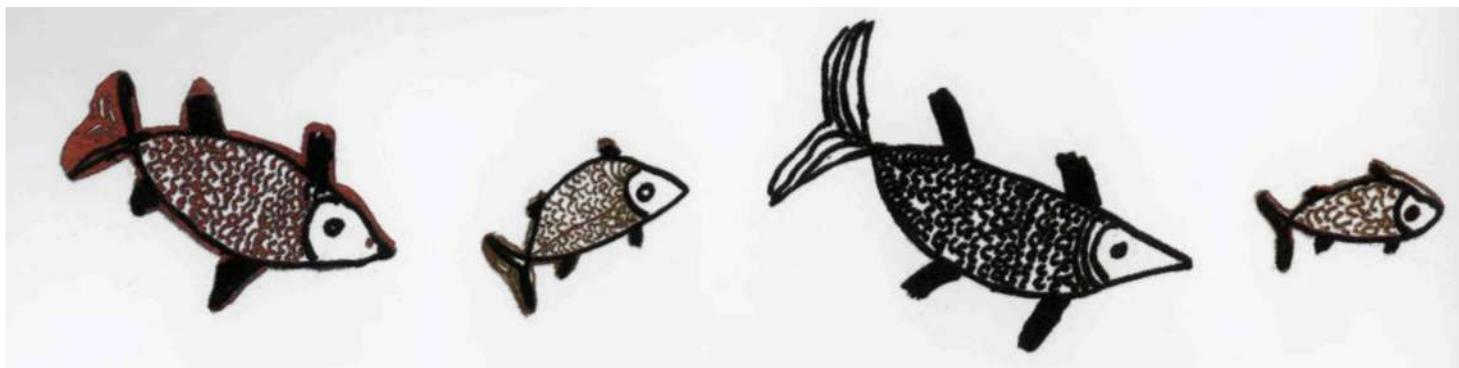
Resultados muito positivos vêm também do Programa Recomeço - Supletivo de Qualidade, que tem por objetivo atender alunos com 15 anos ou mais, das re-

giões Norte e Nordeste do país. Cerca de 1,2 milhão de jovens e adultos foram atendidos em 2000. Mas o objetivo do Ministério é duplicar esse número, repassando aos municípios, por meio do FNDE, R\$ 189,7 milhões. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste também serão contempladas com cerca de R\$ 25 milhões dirigidos às prefeituras que



Os problemas relativos à alta taxa de repetência nas séries iniciais e o ingresso tardio na escola estão sendo corrigidos com o Programa de Aceleração da Aprendizagem. Com ele, as escolas públicas poderão absorver todas as crianças e jovens em idade escolar e, gradativamente, corrigir as distorções.





apresentarem projetos de melhoria da qualidade do ensino supletivo.

Os recursos deverão ser empregados exclusivamente na manutenção e no desenvolvimento da educação de jovens e adultos, contemplando salários de professores, formação do corpo docente, aquisição e reprodução de material didático que atenda às especificidades do segmento beneficiado, e programa suplementar de alimentação para os alunos.

O objetivo do Ministério é continuar aumentando o número de alunos atendidos, e a perspectiva para 2002 é atingir cerca de 2,4 milhões de alunos.

EDUCAÇÃO INDÍGENA

Os programas e projetos de educação oferecidos às comunidades indígenas no Brasil, desde o século 16, estiveram baseados na catequização e integração forçada do índio ao mundo dito civilizado. Os valores eram impostos e sua cultura negada.

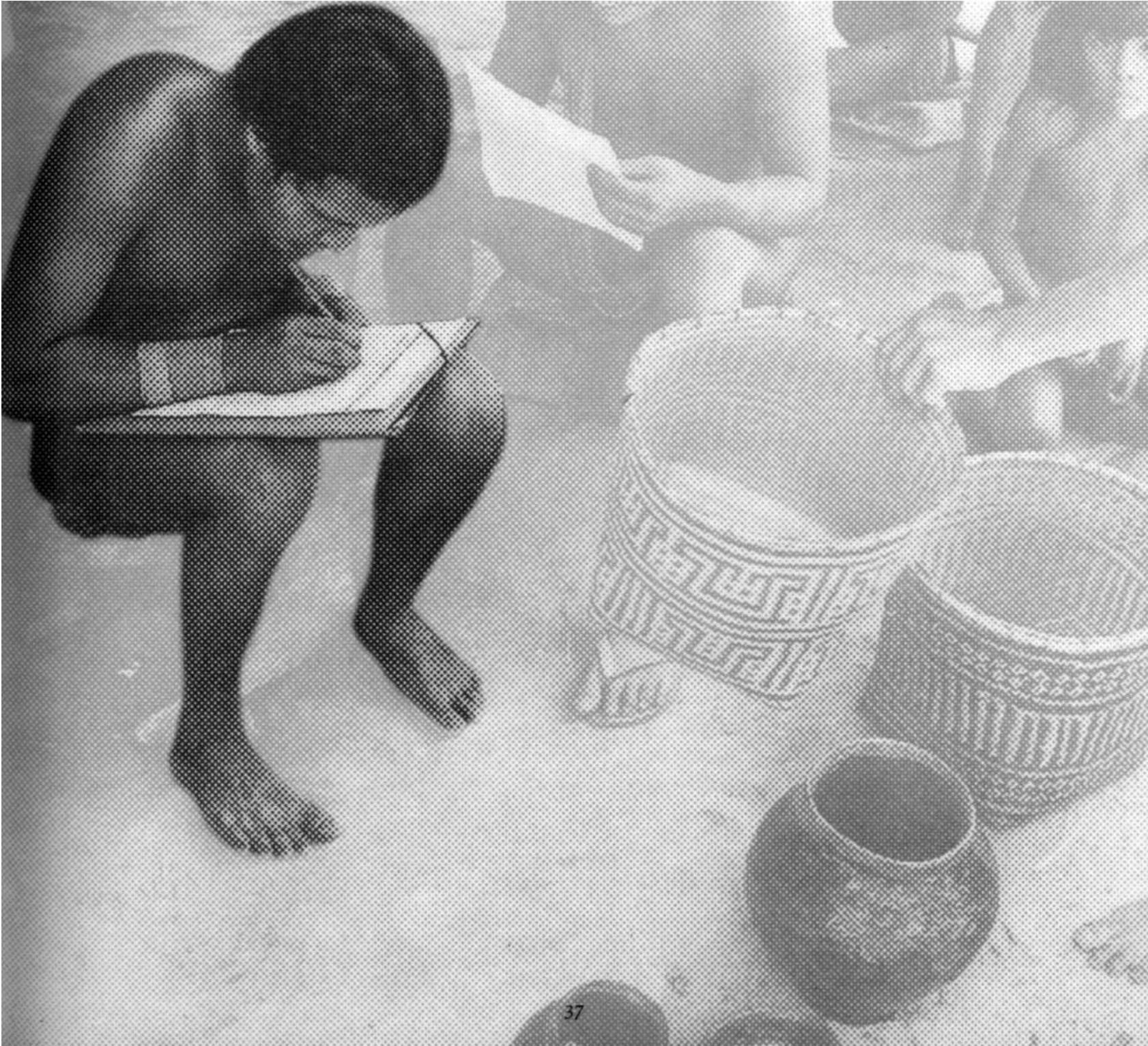
Até meados do século 20, pouca coisa havia mudado. Pelo menos até o final

da década de 1970, considerava-se que as populações indígenas no Brasil estavam em extinção. A política educacional para esses grupos visava, assim, o integracionismo, que buscava assimilar os índios à comunidade nacional, porque os entendia como categoria étnica e social transitória.

Tudo isso dificultou muito a implantação de uma política educacional que respeitasse o modo de vida e a visão de mundo desses povos. A Constituição de 1988 foi um marco na definição das relações com essas comunidades. Ficou estabelecido o direito das sociedades indígenas a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngüe. Assim, os índios deixaram de ser vistos como categoria social em vias de extinção, para serem respeitados como grupos étnicos diferenciados com direito a manter sua organização social, seus costumes, suas línguas, crenças e tradições.

A escola entre grupos indígenas ganhou, então, um novo significado e um novo sentido, como meio para assegurar o

A política nacional de educação escolar indígena desenvolvida pelo Ministério define ações e programas caracterizados pela descentralização, pelo respeito ao processo de lutas e conquistas dos povos indígenas e pelo estímulo a demandas que contemplem a educação intercultural e bilíngüe.





acesso a conhecimentos gerais sem precisar negar as especificidades culturais e a identidade daqueles grupos.

De acordo com o primeiro Censo da Educação Indígena realizado pelo Inep/Ministério da Educação, existem atualmente no Brasil cerca de 360 mil índios, 219 etnias diferentes e mais de 180 línguas faladas. É necessário, portanto, um trabalho específico para cada povo. O respeito às tradições e aos costumes e a participação efetiva das próprias comunidades indígenas são fatores fundamentais para o desenvolvimento de projetos na área educacional. Para eles

a escola ainda é uma instituição estranha. Mas boa parte dos povos indígenas acredita em um projeto para o futuro, e isso realmente facilita o diálogo.

O Ministério da Educação vem desenvolvendo cursos de formação de professores índios ou não para trabalharem junto às comunidades. O Censo da Educação Indígena registra hoje 93 mil alunos índios e 1.392 escolas indígenas. Dos professores que atuam nessa área, 77% são índios e 56% têm ensino médio completo. O trabalho realizado nessas escolas é todo pautado no respeito às tradições e à cultura. Índios

mais velhos são chamados a dar aulas para falarem dos mitos e das histórias do seu povo. A produção de material didático específico é, muitas vezes, desenvolvida pelas próprias comunidades, que utilizam a sua vocação para o artesanato para elaborar as publicações.

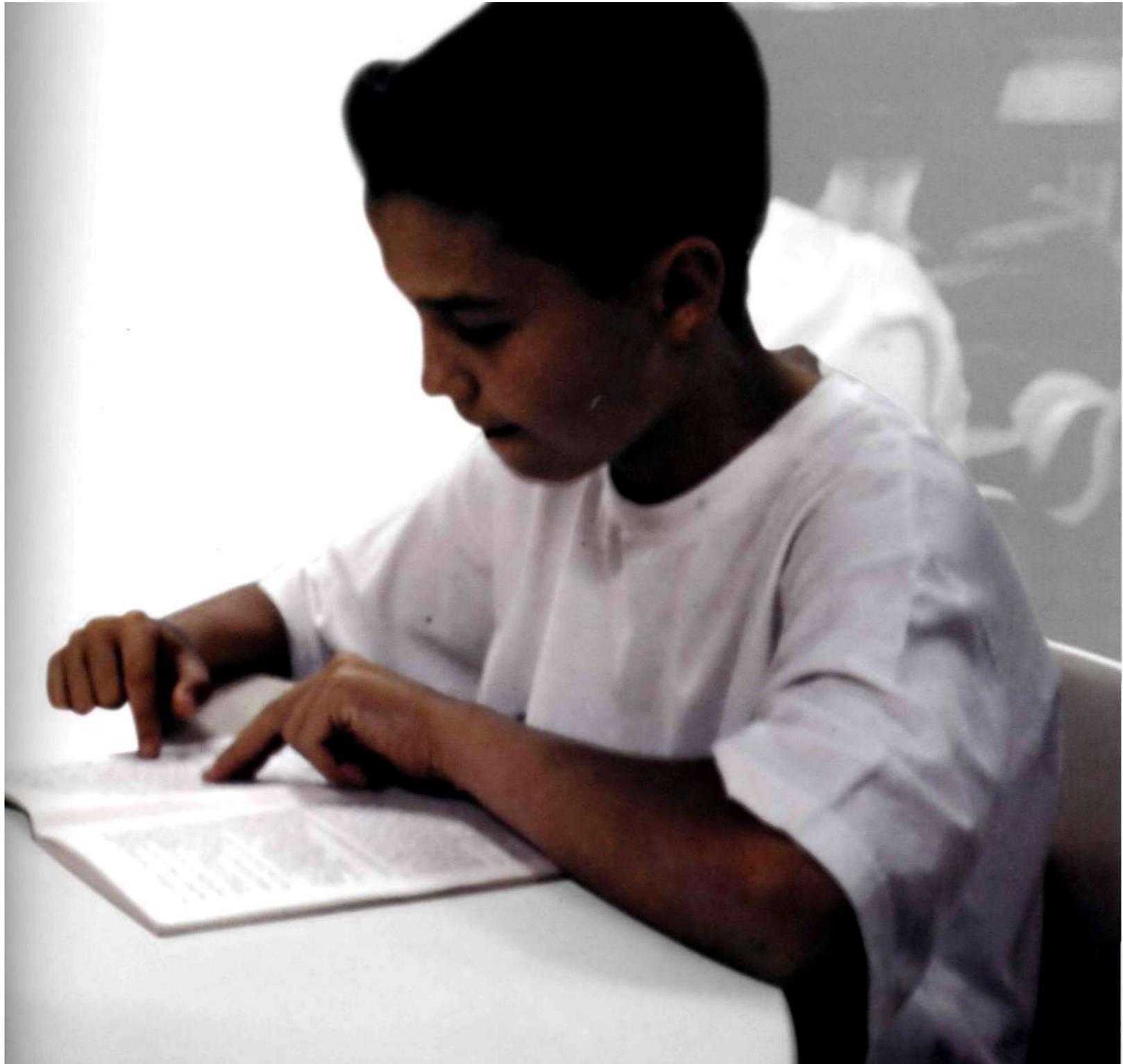
O Ministério vem realizando também um trabalho de divulgação de temas ligados aos índios para a sociedade nacional, principalmente para alunos, de escolas indígenas ou não, para que se tome conhecimento da complexidade da temática e se combata o preconceito e a discriminação.

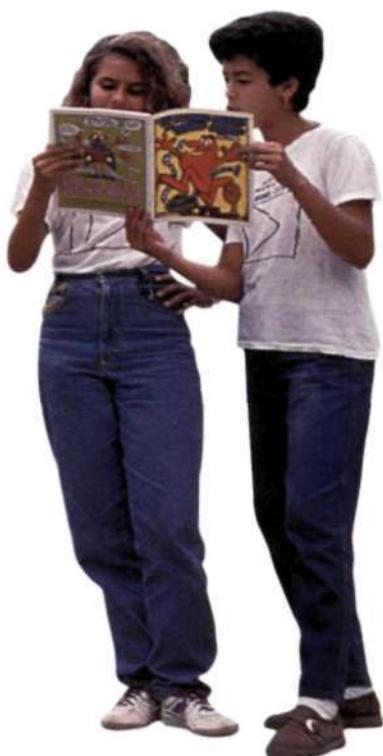




QUALIDADE DE ENSINO PARA ALUNOS E PROFESSORES

Integração, modernização dos currículos, introdução de conteúdos específicos, distribuição de material didático-pedagógico e mudanças de hábitos estão transformando a escola, que passa agora a oferecer aos alunos e professores condições mais dignas e muito mais atraentes. Com isso o Brasil está formando não apenas alunos, mas cidadãos mais bem preparados, capazes de encarar os desafios da realidade.





TV ESCOLA

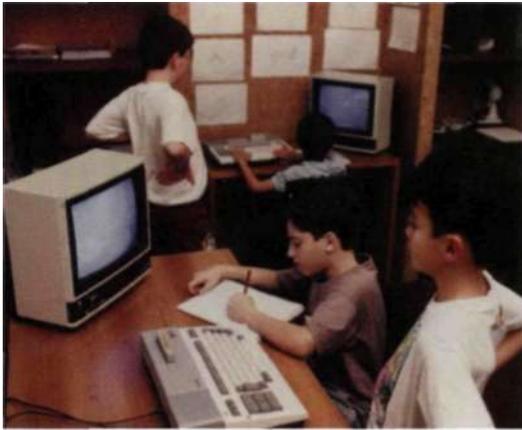
Implantado em 1996, com o objetivo de capacitar, atualizar e valorizar os professores da rede pública de ensino fundamental e médio, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem, o programa TV Escola é hoje um instrumento imprescindível para dinamizar as aulas e estimular a comunidade a participar da vida escolar.

O ponto de partida do programa foi o envio às escolas públicas com mais de cem alunos de um *kit* com televisor, videocassete, antena parabólica, receptor de

satélite e um conjunto de dez fitas de vídeo VHS, para iniciar as gravações. A programação, de alta qualidade, especificamente voltada para a educação, é veiculada diariamente, por catorze horas, via satélite, para 56.770 escolas. Cerca de 1 milhão de professores e 28,9 milhões de alunos são beneficiados em todos os estados. Nos finais de semana a programação é voltada para a comunidade, estimulando a população a participar e a se integrar com a escola.

Os programas são gravados, muitas vezes, pelos professores para a utilização em sala





"Hoje em dia a tecnologia já está chegando às escolas, e nós, professores, estamos sentindo a necessidade de nos atualizarmos também para acompanhar a evolução dos alunos. Alguns estudantes da 6ª série estão dando show com o computador. E o professor não pode ficar para trás. O Proinfo vai contribuir muito para o processo de aprendizagem, facilitando e dinamizando as aulas e despertando um maior interesse por parte do aluno."

Maria de Fátima, professora de Rio Branco, Acre, em entrevista ao programa TV Escola.

de aula. Com isso, estão sendo formadas videotecas de apoio que melhoram a qualidade do ensino e estimulam os alunos, aumentando e dinamizando sua capacidade de aprender.

PROINFO E PROFORMAÇÃO

Para encarar as novas realidades socioculturais que exigem dos indivíduos o uso intensivo de tecnologia associado a novos conhecimentos e habilidades, o Ministério da Educação vem implementando programas que promovam a introdução dessas novas tecnologias na escola, gerando mudanças na cultura escolar, nos currículos, nos processos de ensino-aprendizagem e nas relações com a comunidade.

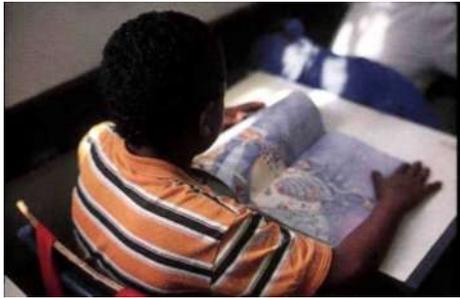
O Programa Nacional de Informática na Educação - Proinfo tem como objetivo principal ampliar o conhecimento de professores e alunos da rede pública para utilização das novas técnicas como uma ferramenta de desenvolvimento curricular, de modernização e melhoria da qualidade do ensino.

Até maio de 2001, o Proinfo formou, em cursos de especialização *lato sensu*, 1.419 multiplicadores e implantou 256 Núcleos de Tecnologia Educacional em todo o país, nos quais foram capacitados 58.640 professores e beneficiados 200 mil alunos das 2.477 escolas que receberam os computadores. Já são 1.025 os municípios atendidos, e foram adquiridos 32.255 computadores com periféricos que per-

mitem, inclusive, conexão à Internet.

Implantado em janeiro de 1999, o Programa de Formação de Professores em Exercício, o Proformação, é um curso de nível médio, com habilitação em magistério, na modalidade de educação a distância para formar professores que exercem a profissão sem a habilitação legal.

Dirigido a profissionais leigos que atuam nas quatro primeiras séries da educação básica e em classes de alfabetização das escolas públicas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o Proformação tem duração de dois anos e é desenvolvido em parceria com o Fundo de Fortalecimento da Escola - Fundescola, estados e municípios. O programa atende cerca de 30 mil professores matriculados.



PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO E PROGRAMA DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

Um dos grandes responsáveis pela melhoria da qualidade do ensino, o Programa Nacional do Livro Didático, implantado em 1985, ganhou, a partir de 1996, força, novo formato e avaliação criteriosa. Inicialmente atendia apenas alunos de 1ª à 4ª série do ensino fundamental. Agora atende as oito séries e chega às escolas bem antes do início do ano letivo, fato totalmente novo para a comunidade escolar. Atualmente os livros inscritos pelas editoras são avaliados por comissões de profissionais da área de educação e é prepa-

rado um guia com as sinopses das publicações, dirigido aos professores do ensino fundamental. Depois de escolhidos os títulos, são realizadas as compras e a distribuição pelo FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, por meio de uma complexa operação logística elaborada em conjunto com os Correios.

A ampliação do programa superou as expectativas, realizando a maior aquisição de livros já registrada. Em 2000 foram distribuídos gratuitamente 109 milhões de livros didáticos para 32,5 milhões de alunos e incluídos pela primeira vez 20,2 milhões de dicionários para alunos e professores.

A leitura é fundamental para o desenvolvimento das pessoas e da sociedade. O conhecimento fica mais abrangente e o entendimento muito mais ágil. E a escola é o espaço ideal para alunos e também para professores desenvolverem o gosto pelos livros. O Programa de Bibliotecas Escolares surge para estimular o hábito da leitura, oferecendo às escolas da rede pública um *kit* contendo obras clássicas, modernas e de referência da literatura brasileira, além de livros infanto-juvenis. Ampliado em 2000, o programa oferece agora, aos professores, materiais pedagógicos e manuais para utilização do acervo distribuído.



A parceria entre o Ministério da Educação e os Correios aumentou a eficiência na distribuição, garantindo a entrega dos livros no ano anterior ao período letivo a que se destinam.

"Apartir de 1998 conseguimos montar uma complexa operação logística, considerada a maior do Brasil e uma das maiores do mundo. Agora conseguimos fazer a entrega dos livros a tempo. Para isso os funcionários dos Correios utilizam todo e qualquer tipo de transporte. Caminhão, avião, navio, perua, bicicleta, motocicleta, canoa e até animais fazem parte dessa operação logística. Afinal, são mais de 100 milhões de livros distribuídos por todo o país. Temos muita satisfação de realizar esse trabalho e fazemos isso com o maior carinho. Precisamos comprovar a entrega, e hoje temos a certeza de que 95% do material chegará ao destino até dezembro, antes do início do ano letivo. Assim, as escolas e os professores terão o tempo necessário para se prepararem para o começo do ano. Superamos as expectativas, e isso nos dá muito orgulho."

Raimundo Rodrigues, chefe da Divisão de Clientes Corporativos dos Correios.



DIVIDINDO RESPONSABILIDADES E SOMANDO ESFORÇOS



O sistema educacional público brasileiro é imenso. São 187 mil escolas, 176 instituições de ensino superior e cerca de 47 milhões de alunos em todos os níveis. Municipalizar e descentralizar as ações é palavra de ordem para agilizar o sistema educacional. A merenda escolar, por exemplo, é distribuída diariamente para 37 milhões de crianças nas escolas públicas, o equivalente à população da Argentina. Não há portanto o menor sentido em o governo federal centralizar as ações e definir o que deve ou não ser feito em uma determinada escola de um certo município. O país é extenso, as diferenças regionais são marcantes. Assim, por meio de parcerias com estados, municípios, comunidade escolar e sociedade, as escolas ganharam agilidade e autonomia.

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Implantado pelo Ministério em 1995, o programa tem por objetivo repassar recursos financeiros, por intermédio do FNDE, às escolas municipais e estaduais de ensino fundamental e às escolas de educação especial, mantidas por ONGs, sem fins lucrativos, visando maior autonomia gerencial e a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das unidades educacionais.

Os recursos, de caráter suplementar, podem ser utilizados para manter, conservar e reparar os prédios escolares, adquirir material de consumo necessário ao funcionamento da escola, capacitar profissionais de educação, desenvolver atividades educacionais, realizar avaliação de aprendizagem, implementar projetos pedagógicos e comprar material permanente.

Essa política de descentralização vem pro-

movendo mudanças profundas no comportamento da sociedade em relação à escola. Reuniões com diretores, professores, pais e profissionais da educação são realizadas para que seja decidida a melhor forma de utilizar os recursos. Além de um fórum de debates, a integração da comunidade à vida escolar favorece a conscientização e a organização social.

Um dado muito importante a ser ressaltado é o fato de que as escolas ganharam muita agilidade para a solução de pequenos problemas. Às vezes a escola precisava ser pintada, mas durante o ano acontecia de um banheiro quebrar. Havia o recurso para a pintura, pois estava no orçamento, mas não para o conserto. Hoje, isso pode ser rapidamente solucionado.

O Programa Dinheiro Direto na Escola atende anualmente uma média de 136 mil escolas, beneficiando 29 milhões de alunos por ano.

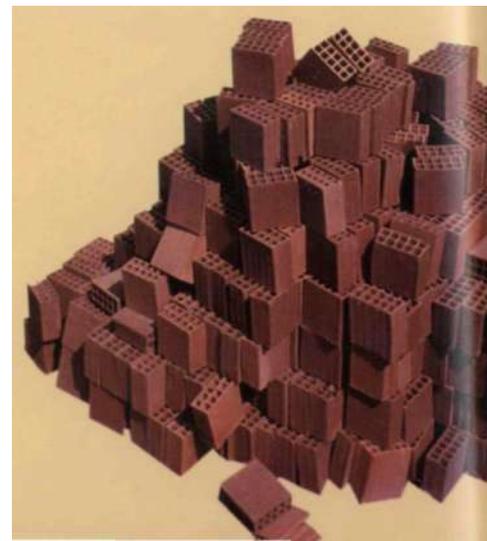






"Desenvolvemos um trabalho na escola com a participação de todos: professores, funcionários e a comunidade. O programa facilitou muito o processo de melhoria das escolas. Conseguimos um ambiente agradável e com isso um melhor rendimento dos alunos. Reformamos um espaço que se transformou em refeitório, pois antes as crianças comiam em um corredor. Compramos ventiladores, mudamos a fachada da escola, que agora é toda de cerâmica, e construímos uma área na frente para que as crianças possam brincar na sombra. O dinheiro é pequeno, mas ajuda muito. Não temos mais o processo burocrático de antes e agora a nossa escola ficou muito mais bonita."

Leonildo Augusto de Barros, presidente do Conselho Escolar da Escola Fernando Santa Cruz, do Recife, Pernambuco.



PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A Merenda Escolar, como é mais conhecido o programa, tem, a exemplo do Dinheiro Direto na Escola, recursos imediatos repassados pelo Ministério da Educação por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Agora, o Conselho de Alimentação Escolar, instituído para este fim, junto com as escolas e a comunidade, recebe esses recursos e escolhe os cardápios com total autonomia, levando em consideração os hábitos alimentares regionais e a produção local de alimentos. Hoje é servida pelo menos uma refeição por dia a 37 milhões de alunos

da pré-escola e do ensino fundamental, durante os duzentos dias do ano letivo. Esses números levaram o programa a ser o maior projeto de auxílio alimentar do mundo.

Antes a merenda era fornecida de forma centralizada, gerando com isso o aumento nos custos e um grande desperdício. Produtos perecíveis eram armazenados e não distribuídos. A compra era feita, mas não chegava à escola e muito menos ao aluno. Além disso, os cardápios muitas vezes não faziam o menor sentido para determinadas regiões do país. Com as mudanças, o dinheiro agora é garantido, o que facilita inclusive a negociação com os fornecedores.

Com a escolha dos cardápios sob a responsabilidade da própria comunidade escolar, as merendeiras passaram a aprimorar o seu trabalho. Elas participam de cursos dados por nutricionistas e *chefs* de cozinha e assistem a vídeos desses cursos. Encaradas agora como profissionais qualificadas, as merendeiras estão se esmerando para servir cardápios bem-feitos e com ótima apresentação. Um investimento inestimável para a auto-estima e o reconhecimento do trabalho dessas pessoas.

Casos como o de uma merendeira de Jundiaí, no estado de São Paulo, que fazia mingau e ninguém comia, passaram a surgir com certa frequência. Um



Os Conselhos de Alimentação Escolar foram instituídos a partir de 1999. Atualmente 5.510 estão em ação, envolvendo a comunidade, os professores, os pais, os poderes Executivo e Legislativo.

dia ela resolveu experimentar e fez o mesmo mingau, só que com o açúcar queimado. Sucesso absoluto! Uma outra preparava leite com achocolatado e ninguém tomava. Então ela resolveu bater no liquidificador. Pronto, todos queriam porque o leite vinha com "espuminha".

Isso comprova que se a questão técnica, como balancear os alimentos ou elaborar cardápios é fundamental, a dedicação, em muitos casos, por si só soluciona vários obstáculos encontrados.

PROGRAMA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR

Realizado pelo Ministério da Educação em parceria com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, a Fundação Otorrinolaringologia, o Ministério da Saúde e a Associação Brasileira de Deficientes Visuais, o programa visa detectar em alunos da 1ª série do ensino fundamental problemas relativos à visão e à audição. Muitas vezes o rendimento do aluno fica aquém do esperado e o problema não é dificuldade no aprendizado e

sim algum tipo de deficiência ainda não percebida pela família ou pelos professores.

Duas campanhas nacionais, a "Olho no Olho" e a "Quem Ouve Bem, Aprende Melhor!", foram lançadas para conscientizar pais, professores e alunos sobre os problemas que podem comprometer diretamente o aprendizado.

Em 2000 foram atendidos cerca de 3 milhões de alunos, que, em casos de necessidade, receberam aparelhos auditivos e óculos.



"Nossa função é identificar eventuais problemas de audição nos alunos. Muitas vezes uma criança é considerada não apta à alfabetização e, quando vamos verificar, o problema é de audição ou de visão. A Fundação Otorrinolaringologia envia materiais —fita de vídeo e folhetos —para que os professores realizem testes com os alunos. Isso funciona como uma primeira triagem. Capacitamos professores e multiplicadores para a realização desse trabalho. Posteriormente avaliamos os alunos que apresentam dificuldades em responder os testes. As vezes conseguimos detectar algum problema e tratá-lo preventivamente. Quando necessário, há a doação de aparelhos. Nossa intenção é ampliar o programa e atender um número cada vez maior de alunos e municípios."

Stela Maris Aron, diretora superintendente da ONG Fundação Otorrinolaringologia.

PROGRAMA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

No início da década de 1970, um decreto instituiu que todas as escolas de segundo grau - atual ensino médio - deveriam ter caráter profissionalizante, incluindo em seus currículos cursos técnicos como o de contabilidade, administração e secretariado, entre outros. Ao final do curso o estudante recebia dois diplomas, o de conclusão do ensino médio e o de técnico.

Isso gerou um número incontável de profissionais que o mercado de trabalho não conseguia absorver. A escola estava distante da realidade e da prática. A partir de 1997, o Ministério da Educação sepa-

rou o ensino regular - propedêutico - do ensino técnico-profissional e criou o Programa de Expansão da Educação Profissional - Proep.

Em uma sociedade que não pára de mudar, o mercado, cada vez mais seletivo, exige hoje um grau de qualificação e profissionalismo que, muitas vezes, nem a própria prática oferece. Além disso, a atualização desses profissionais e as realidades regionais do mercado de trabalho pedem mão-de-obra capacitada e com formações cada vez mais específicas.

Formar profissionais voltados para o próprio mercado da região passou a ser uma necessidade. A competitividade e a busca por uma colocação melhor atin-

giu em cheio a sociedade. A solução estava bem ali, diante dos olhos, mas eram precisos recursos e uma estratégia que aproximasse o profissional da realidade de sua região.

O Proep está construindo centenas de escolas, modernizando e equipando as já existentes, criando centenas de milhares de vagas e captando parceiros nas comunidades. Duzentos e vinte e quatro projetos de construção, reforma e ampliação de escolas estão em andamento, superando todas as expectativas do Ministério que, nesta área, atua em parceria com o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e com o FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

A comunidade aprovou, apoiou e o mercado respondeu positivamente. No Rio Grande do Sul, na cidade de Bento Gonçalves, conhecida como a capital brasileira do vinho, foi inaugurada na Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubitschek, um complexo agroindustrial com módulos para processamento de leite, carnes, frutas e verduras, caldeiras e defumação. E a escola acompanhando o crescimento da agroindústria como alternativa econômica do mercado da região. Em Salvador, a Pracatum Escola Profissionalizante de Música forma músicos e oferece aos jovens da capital baiana uma

nova perspectiva de vida. Criada em parceria com uma associação de assistência social presidida pelo compositor Cadinhos Brown, a Pracatum ampliou sua ação, e hoje os alunos podem fazer cursos de informática, mixagem, operação de mesa de som, fabricação de instrumentos musicais e produção de *shows*. A escola já formou profissionais - principalmente na área de percussão - que acompanham artistas consagrados, como Gilberto Gil e Marisa Monte.

No sudoeste do estado de São Paulo, existem cerca de setecentas indústrias do ramo moveleiro espalhadas pelos 42

A Pracatum funciona no bairro do Candeal de Brotas, em Salvador, Bahia e já mudou a vida de muitos adolescentes carentes do bairro que, por meio da música, recuperaram a auto-estima e o sonho de uma vida melhor.

municípios da região. Ali, na cidade de Votuporanga, formou-se, em parceria com o Senai e com a comunidade, o Cemad - Centro Tecnológico de Formação Profissional da Madeira e do Mobiliário - uma escola profissionalizante que forma mão-de-obra capacitada, que certamente será absorvida pelo mercado da região. Esses são apenas alguns exemplos de sucesso do Proep. Mas o que dá suporte a tudo isso é a persistência do governo em ampliar o acesso da população a uma escola de qualidade, ágil, autônoma e que forme profissionais capazes de exercer seus direitos de cidadão.

"As empresas tinham dificuldade em conseguir, na região, profissionais especializados. Então fizemos uma parceria com o Ministério da Educação e com as empresas e ampliamos nosso parque de máquinas e os laboratórios. Hoje temos capacidade de formar técnicos com a competência que o mercado exige, nas áreas de gestão, mecânica, informática, indústria e saúde."

Ari Roque Adams, coordenador do Proep em Pinambi, RS.





DIA NACIONAL DA FAMÍLIA NA ESCOLA

A participação e a integração da família na vida escolar é fundamental para o bom rendimento do aluno. Muitas vezes os pais se interessam em participar mais ativamente dos estudos das crianças e adolescentes, mas não sabem como fazer.

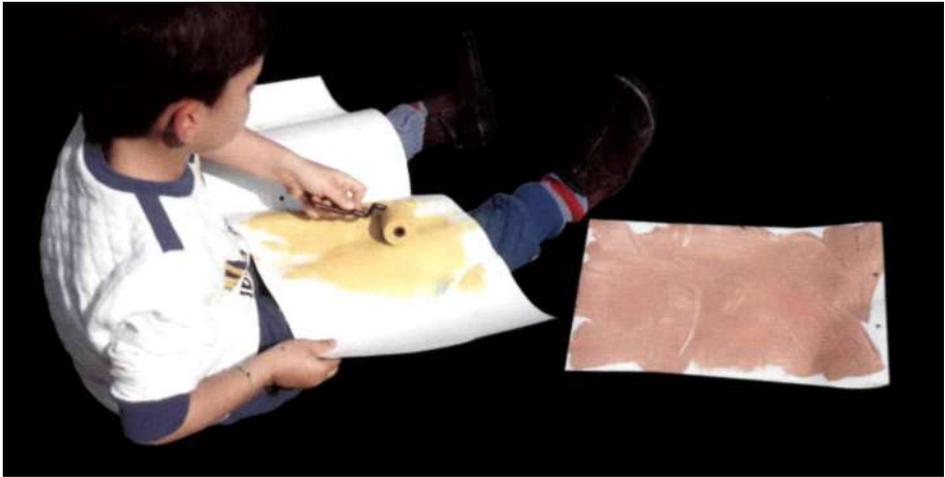
Os professores também sentem a necessidade do contato com os pais, pois muitas vezes essa proximidade pode solucionar problemas apresentados pelos alunos.

O Dia Nacional da Família na Escola aproxima pais, professores e diretores, que se reúnem para discutir a vida escolar, a

escola, o processo ensino-aprendizagem, marcando o início de uma parceria com a comunidade que tem todas as chances de ser bem-sucedida.

No dia 24 de abril de 2001 aconteceu a primeira experiência, e a presença de pais, em todo o Brasil, foi altamente significativa. Sessenta por cento das famílias compareceram, demonstrando que se aliaram aos professores e diretores para dividir responsabilidades e somar esforços.

Agora o Dia Nacional de Família na Escola já integra o calendário escolar e ocorre em cada um dos semestres do ano letivo.



CRÉDITOS DAS IMAGENS

Abel Fragata: p. 61 à esquerda; Alex Larbac/Tyba: p. 54; André Alves/Reflexo: p. 16, 17 e 56 à esquerda; Antônio Milena/Abril Imagens: p. 27 no centro, 40 no fundo, 41 e contracapa (primeira e segunda, da esquerda para a direita); Arthur Cavalieri/Abril Imagens: p. 34 à esquerda; Celso Junior/AE: p. 20; Carlos Goldgrub/Reflexo: p. 24-25 e 26; Delfim Martins/Pulsar: p. 34 à direita e 35; Dominique T. Gallois: p. 37, reproduzido do *Livro do Artesanato Waiãpi*, CTI/MEC/NRF, 1999; Eduardo Simões/Reflexo: p. 39 e 56 à direita; Fernando Vivas/Abril Imagens: p. 33 no centro; Jaques Faing/Abril Imagens: p. 42-43 no fundo; Jean Solari/Reflexo: p. 58 e 59 no fundo; Kathia Tamanaha/AE: p. 22-23 e 56-57 no fundo; Lau Polinésio/Reflexo: p. 63; Nélío Rodrigues/Abril Imagens: p. 27 à direita, 44, 45 no fundo, 50 e 51 no fundo; Paulo Pinto/AE: p. 29 e 30; Ricardo Teles/Reflexo: p. 43 embaixo, à esquerda e contracapa (quarta da esquerda para a direita); Rogério Montenegro/Abril Imagens: p. 21; Rogério Reis/Tyba: p. 15 no alto, 42 e 43 no alto; Seki Waiãpi: p. 36, reproduzido do *Livro do Artesanato Waiãpi*, CTI/MEC/NRF, 1999; Siro Waiãpi: p. 38, reproduzido do *Livro do Artesanato Waiãpi*, CTI/MEC/NRF, 1999; Tina Coelho/Abril Imagens: p. 43 embaixo, à direita; Tuka Prando/Reflexo: p. 8, 10, 11, 13, 14, 15 embaixo, 18, 27 à esquerda, 28, 29 no fundo, 46, 52, 53, capa e contracapa (primeira e segunda da esquerda para a direita).
Acervo do Ministério da Educação: p. 19; 31, Júlio César Paes; 33 à esquerda e à direita, Arquivo CBO; 48 e 49, Arquivo FNDE; 60 no fundo e 61 no fundo, no centro e à direita, Wanderley Pessoa; 62.

Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação

Paulo Renato Souza

Secretário Executivo

Luciano Oliva Patrício

Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios Bloco "L"

70047-900 - Brasília - DF - Brasil

<http://www.mec.gov.br>

Investindo na cidadania - o avanço da educação no Brasil

Supervisão: Assessoria de Comunicação Social
do Ministério da Educação

Coordenação: Célia de Assis

Pesquisa e texto: Cássia Fragata

Projeto gráfico e edição de arte: Ana Trevisan

Produção gráfica: Vítor Vicentini

Assistência de arte: Angela Mendes e Gerson Reis

Assistência editorial: Rosângela Kirst

Revisão de texto: Ana Maria Mendes Barbosa e Ligia

Ricetto

Fotolitos: Screen

Impressão e acabamento: Quebecor World

©2002

Prêmio Editorial Ltda.

Alameda Campinas, 463/5º

01404-902 São Paulo SP

Tel: 11 289 8133

FAX: 11287 4181

premio@premiopar.com.br

Editor e diretor: Marino Lobello

Gerente executiva: Célia de Assis

Gerente administrativo-financeiro: João Bernardes Gil
Júnior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fragata, Cássia

Investindo na cidadania : o avanço da educação no
Brasil / Cássia Fragata. - São Paulo : Prêmio Editorial, 2002.

1. Cidadania - Brasil 2. Educação - Brasil 3. Educação
e Estado - Brasil I. Título

02-0162

CDD-379.81

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Educação e Estado	379.81
2. Brasil: Estado e Educação	379.81
3. Brasil : Política educacional	379.81

**MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO**
BOA ESCOLA PARA TODOS

**GOVERNO
FEDERAL**
Trabalhando em todo o Brasil



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)